

Na dívida externa só PT quer confronto

Confrontação ou negociação com os credores internacionais. Estes foram os caminhos claramente postos pelos economistas dos partidos para enfrentar a questão da dívida externa. "Nós temos que negociar a dívida externa. A confrontação não nos leva a nada", sustenta a assessora do candidato do PRN Fernando Collor de Mello, Zélia Cardoso, que defende a proposta de retirada do aval da União para que cada devedor brasileiro, seja um município ou uma pequena estatal, negocie a sua dívida. "Esta idéia é inexequível" garante César Maia, do PDT, insistindo que o caminho é o da negociação e não o da radicalização. "Como é possível não haver confronto quando se está falando de transferências para o exterior da ordem de um US\$ 1,5 milhão de dólares por hora? Trata-se de um brutal conflito de interesses", rebate Aloísio Mercadante, do PT. Ele desafiou os participantes da mesa a explicar como recomeçariam a pagar no quadro em que o sucessor do governo Sarney vai encontrar a questão da dívida externa.

E haverá uma confusão de razoáveis proporções para ser enfrentada pelo próximo governo: as reservas, de acordo com as contas do governo, estarão em US\$ 7 bilhões. O PT e o PDT calculam que elas estarão mais baixas. Segundo Mercadante, nas contas do governo está incluído um empréstimo do Banco Mundial de US\$ 1,5 bilhão que, muito provavelmente, não virá. Como o pagamento dos juros da dívida aos bancos privados está suspenso desde julho, os atrasados estarão em US\$ 5,2 bilhões.

Cesar Maia acha que há chances de cooperação internacional e de novos empréstimos como, por exemplo, dos japoneses. Ele disse que a confrontação, proposta pelo PT, será o caminho da "autarquização" do Brasil, ou seja, o país se isolaria internacionalmente. "Coloco a mesma equação para você", respondeu Maia a Mercadante. "Como sustentar o confronto com reservas cambiais baixas?". César Maia referia-se ao fato de que existem, sustentando nosso comércio exterior e bancos brasileiros no estrangeiro, empréstimos de curto prazo que poderiam ser suspensos na hipótese de uma confrontação com os credores. Zélia Cardoso sustenta que a sua proposta tira o país do impasse em que as negociações se mantiveram nos últimos anos.

Durante a campanha todos os candidatos acabaram aproximando o seu discurso. Todos defenderam a diminuição das transferências de dólares para o exterior, pagando-se menos aos bancos e instituições internacionais. No debate ficou mais claro em que pontos o PRN, o PT e o PDT são diferentes nestas questões. Em resumo, estas foram as posições defendidas pelos três economistas:

Zélia Cardoso de Mello — Propomos a retirada do aval da União da dívida externa para que todos os devedores possam negociar em separado. É preciso criar um espaço de negociação com os credores em um leque de opções que vise alavancar o desenvolvimento. A questão da dívida externa passa por ter regras claras e pela estabilização da economia. Não é possível pensar, dadas as mudanças que estão ocorrendo no mundo — e as vantagens comparativas que nós sempre tivemos agora contam pouco —, que nós possamos ser uma opção de investimento para o capital estrangeiro se não nos organizarmos. Precisamos da estabilização, da economia e de regras claras para os investimentos privados, seja nacionais ou estrangeiros. O processo em relação à dívida externa depende de reformas estruturais e de que se equacione antes a crise financeira do estado.

César Maia — Acho muito difícil que a proposta da Zélia seja exequível. Por uma razão muito simples. A grande questão da dívida externa é a disponibilidade de câmbio, e um devedor descentralizado não tem como discutir a disponibilidade de câmbio.

Aloísio Mercadante — A retirada do aval das empresas é juridicamente improcedente pelas cláusulas contratuais. Os bancos credores se articulam e negociam em bloco. E esta proposta é justamente de pulverizar os devedores no Brasil. Deveria ser justamente o contrário: deveríamos estar discutindo a articulação com outros países devedores e pensando numa estratégia conjunta contra os credores internacionais.

Zélia — A questão jurídica não se coloca porque a estratégia da descentralização é uma forma de negociação. Através dela achamos que conseguiremos duas coisas: fazer a descentraliza-



zação lá e cá. Porque os bancos que estão juntos no Comitê dos Credores têm interesses diferentes. Alguns emprestaram pior, outros

emprestaram melhor. Então é possível que estas diferenças fiquem claras. A descentralização no nível interno mostra a real natureza do problema tal como ele se encontra hoje. Nós temos um problema, não só de natureza cambial, mas de natureza fiscal. Há empresas que geram cruzados necessários para pagar o serviço da dívida e outras não.

JORNAL DO BRASIL — A senhora imagina cada município brasileiro que tem dívida externa indo a Nova Iorque para discutir com o seu banqueiro a sua dívida?

Zélia — Ou o contrário: o banqueiro vindo ao Brasil para negociar o pagamento do seu crédito. O governo federal vai continuar adequadamente à sua política industrial e macroeconómica. Vamos dar um exemplo: a Fepasa é uma empresa endividada que precisa de novos investimentos. É possível criar uma subsidiária e separar o novo do velho, apresentando aos credores da Fepasa um leque de oportunidades, onde a conversão vai ser uma delas. A questão chave é a seguinte: nós temos que negociar a dívida externa. Não acreditamos numa posição de confrontação. Achamos que esta posição não leva a nada. Por outro lado, tal como está hoje, a negociação fica num impasse, num atoleiro. Queremos oferecer aos credores um cardápio de opções. Criar um espaço de negociação e discutir dentro do FMI. Achamos que é possível negociar dentro do Fundo Monetário Internacional, e o nosso programa estabelece claramente uma limitação ao pagamento dos juros em percentuais do PIB. Como a nossa posição não é de confrontação, nós entendemos que o FMI acaba sendo uma peça importante.

Mercadante — Esta idéia de brigar dentro do FMI passa muito bem em programa de televisão. Mas é irreais. O FMI reúne 150 países e tem uma estrutura de decisão em que seis desses países têm mais de 51% dos votos. E os Estados Unidos, praticamente isolados, têm o direito de vetar qualquer decisão. Então, imaginar que a gente possa brigar lá no FMI é absolutamente ingênuo. É brincadeira achar que nós vamos mudar a estrutura do FMI por dentro porque mudou o governo brasileiro. Há 45 anos a estrutura de decisão funciona desta forma.

César Maia — Este é um momento de fragilidade nossa. Temos poucas reservas. Durante a campanha todos os candidatos acabaram aproximando o seu discurso. Todos defenderam a diminuição das transferências de dólares para o exterior, pagando-se menos aos bancos e instituições internacionais. No debate ficou mais claro em que pontos o PRN, o PT e o PDT são diferentes nestas questões. Em resumo, estas foram as posições defendidas pelos três economistas:

Zélia Cardoso de Mello — Propomos a

retirada do aval da União da dívida externa para que todos os devedores possam negociar em separado. É preciso criar um espaço de negociação com os credores em um leque de opções que vise alavancar o desenvolvimento. A questão da dívida externa passa por ter regras claras e pela estabilização da economia. Não é possível pensar, dadas as mudanças que estão ocorrendo no mundo — e as vantagens comparativas que nós sempre tivemos agora contam pouco —, que nós possamos ser uma opção de investimento para o capital estrangeiro se não nos organizarmos. Precisamos da estabilização, da economia e de regras claras para os investimentos privados, seja nacionais ou estrangeiros. O processo em relação à dívida externa depende de reformas estruturais e de que se equacione antes a crise financeira do estado.

César Maia — Acho muito difícil que a proposta da Zélia seja exequível. Por uma razão muito simples. A grande questão da dívida externa é a disponibilidade de câmbio, e um devedor descentralizado não tem como discutir a disponibilidade de câmbio.

Aloísio Mercadante — A retirada do aval das empresas é juridicamente improcedente pelas cláusulas contratuais. Os bancos credores se articulam e negociam em bloco. E esta proposta é justamente de pulverizar os devedores no Brasil. Deveria ser justamente o contrário: deveríamos estar discutindo a articulação com outros países devedores e pensando numa estratégia conjunta contra os credores internacionais.

Zélia — A questão jurídica não se coloca

porque a estratégia da descentralização é uma forma de negociação. Através dela achamos que conseguiremos duas coisas: fazer a descentraliza-

ção lá e cá. Porque os bancos que estão juntos no Comitê dos Credores têm interesses diferentes. Alguns emprestaram pior, outros

emprestaram melhor. Então é possível que estas diferenças fiquem claras. A descentralização no nível interno mostra a real natureza do problema tal como ele se encontra hoje. Nós temos um problema, não só de natureza cambial, mas de natureza fiscal. Há empresas que geram cruzados necessários para pagar o serviço da dívida e outras não.

JORNAL DO BRASIL — A senhora imagina cada município brasileiro que tem dívida externa indo a Nova Iorque para discutir com o seu banqueiro a sua dívida?

Zélia — Ou o contrário: o banqueiro vindo ao Brasil para negociar o pagamento do seu crédito. O governo federal vai continuar adequadamente à sua política industrial e macroeconómica. Vamos dar um exemplo: a Fepasa é uma empresa endividada que precisa de novos investimentos. É possível criar uma subsidiária e separar o novo do velho, apresentando aos credores da Fepasa um leque de oportunidades, onde a conversão vai ser uma delas. A questão chave é a seguinte: nós temos que negociar a dívida externa. Não acreditamos numa posição de confrontação. Achamos que esta posição não leva a nada. Por outro lado, tal como está hoje, a negociação fica num impasse, num atoleiro. Queremos oferecer aos credores um cardápio de opções. Criar um espaço de negociação e discutir dentro do FMI. Achamos que é possível negociar dentro do Fundo Monetário Internacional, e o nosso programa estabelece claramente uma limitação ao pagamento dos juros em percentuais do PIB. Como a nossa posição não é de confrontação, nós entendemos que o FMI acaba sendo uma peça importante.

Mercadante — Esta idéia de brigar dentro do FMI passa muito bem em programa de televisão. Mas é irreais. O FMI reúne 150 países e tem uma estrutura de decisão em que seis desses países têm mais de 51% dos votos. E os Estados Unidos, praticamente isolados, têm o direito de vetar qualquer decisão. Então, imaginar que a gente possa brigar lá no FMI é absolutamente ingênuo. É brincadeira achar que nós vamos mudar a estrutura do FMI por dentro porque mudou o governo brasileiro. Há 45 anos a estrutura de decisão funciona desta forma.

César Maia — Este é um momento de fragilidade nossa. Temos poucas reservas.

Zélia Cardoso de Mello — Propomos a retirada do aval da União da dívida externa para que todos os devedores possam negociar em separado. É preciso criar um espaço de negociação com os credores em um leque de opções que vise alavancar o desenvolvimento. A questão da dívida externa passa por ter regras claras e pela estabilização da economia. Não é possível pensar, dadas as mudanças que estão ocorrendo no mundo — e as vantagens comparativas que nós sempre tivemos agora contam pouco —, que nós possamos ser uma opção de investimento para o capital estrangeiro se não nos organizarmos. Precisamos da estabilização, da economia e de regras claras para os investimentos privados, seja nacionais ou estrangeiros. O processo em relação à dívida externa depende de reformas estruturais e de que se equacione antes a crise financeira do estado.

César Maia — Acho muito difícil que a proposta da Zélia seja exequível. Por uma razão muito simples. A grande questão da dívida externa é a disponibilidade de câmbio, e um devedor descentralizado não tem como discutir a disponibilidade de câmbio.

Aloísio Mercadante — A retirada do aval das empresas é juridicamente improcedente pelas cláusulas contratuais. Os bancos credores se articulam e negociam em bloco. E esta proposta é justamente de pulverizar os devedores no Brasil. Deveria ser justamente o contrário: deveríamos estar discutindo a articulação com outros países devedores e pensando numa estratégia conjunta contra os credores internacionais.

Zélia — A questão jurídica não se coloca

porque a estratégia da descentralização é uma forma de negociação. Através dela achamos que conseguiremos duas coisas: fazer a descentraliza-

ção lá e cá. Porque os bancos que estão juntos no Comitê dos Credores têm interesses diferentes. Alguns emprestaram pior, outros

emprestaram melhor. Então é possível que estas diferenças fiquem claras. A descentralização no nível interno mostra a real natureza do problema tal como ele se encontra hoje. Nós temos um problema, não só de natureza cambial, mas de natureza fiscal. Há empresas que geram cruzados necessários para pagar o serviço da dívida e outras não.

JORNAL DO BRASIL — A senhora imagina cada município brasileiro que tem dívida externa indo a Nova Iorque para discutir com o seu banqueiro a sua dívida?

Zélia — Ou o contrário: o banqueiro vindo ao Brasil para negociar o pagamento do seu crédito. O governo federal vai continuar adequadamente à sua política industrial e macroeconómica. Vamos dar um exemplo: a Fepasa é uma empresa endividada que precisa de novos investimentos. É possível criar uma subsidiária e separar o novo do velho, apresentando aos credores da Fepasa um leque de oportunidades, onde a conversão vai ser uma delas. A questão chave é a seguinte: nós temos que negociar a dívida externa. Não acreditamos numa posição de confrontação. Achamos que esta posição não leva a nada. Por outro lado, tal como está hoje, a negociação fica num impasse, num atoleiro. Queremos oferecer aos credores um cardápio de opções. Criar um espaço de negociação e discutir dentro do FMI. Achamos que é possível negociar dentro do Fundo Monetário Internacional, e o nosso programa estabelece claramente uma limitação ao pagamento dos juros em percentuais do PIB. Como a nossa posição não é de confrontação, nós entendemos que o FMI acaba sendo uma peça importante.

Mercadante — Esta idéia de brigar dentro do FMI passa muito bem em programa de televisão. Mas é irreais. O FMI reúne 150 países e tem uma estrutura de decisão em que seis desses países têm mais de 51% dos votos. E os Estados Unidos, praticamente isolados, têm o direito de vetar qualquer decisão. Então, imaginar que a gente possa brigar lá no FMI é absolutamente ingênuo. É brincadeira achar que nós vamos mudar a estrutura do FMI por dentro porque mudou o governo brasileiro. Há 45 anos a estrutura de decisão funciona desta forma.

César Maia — Este é um momento de fragilidade nossa. Temos poucas reservas.

Zélia Cardoso de Mello — Propomos a retirada do aval da União da dívida externa para que todos os devedores possam negociar em separado. É preciso criar um espaço de negociação com os credores em um leque de opções que vise alavancar o desenvolvimento. A questão da dívida externa passa por ter regras claras e pela estabilização da economia. Não é possível pensar, dadas as mudanças que estão ocorrendo no mundo — e as vantagens comparativas que nós sempre tivemos agora contam pouco —, que nós possamos ser uma opção de investimento para o capital estrangeiro se não nos organizarmos. Precisamos da estabilização, da economia e de regras claras para os investimentos privados, seja nacionais ou estrangeiros. O processo em relação à dívida externa depende de reformas estruturais e de que se equacione antes a crise financeira do estado.

César Maia — Acho muito difícil que a proposta da Zélia seja exequível. Por uma razão muito simples. A grande questão da dívida externa é a disponibilidade de câmbio, e um devedor descentralizado não tem como discutir a disponibilidade de câmbio.

Aloísio Mercadante — A retirada do aval das empresas é juridicamente improcedente pelas cláusulas contratuais. Os bancos credores se articulam e negociam em bloco. E esta proposta é justamente de pulverizar os devedores no Brasil. Deveria ser justamente o contrário: deveríamos estar discutindo a articulação com outros países devedores e pensando numa estratégia conjunta contra os credores internacionais.

Zélia — A questão jurídica não se coloca

porque a estratégia da descentralização é uma forma de negociação. Através dela achamos que conseguiremos duas coisas: fazer a descentraliza-

ção lá e cá. Porque os bancos que estão juntos no Comitê dos Credores têm interesses diferentes. Alguns emprestaram pior, outros

emprestaram melhor. Então é possível que estas diferenças fiquem claras. A descentralização no nível interno mostra a real natureza do problema tal como ele se encontra hoje. Nós temos um problema, não só de natureza cambial, mas de natureza fiscal. Há empresas que geram cruzados necessários para pagar o serviço da dívida e outras não.

JORNAL DO BRASIL — A senhora imagina cada município brasileiro que tem dívida externa indo a Nova Iorque para discutir com o seu banqueiro a sua dívida?

Zélia — Ou o contrário: o banqueiro vindo ao Brasil para negociar o pagamento do seu crédito. O governo federal vai continuar adequadamente à sua política industrial e macroeconómica. Vamos dar um exemplo: a Fepasa é uma empresa endividada que precisa de novos investimentos. É possível criar uma subsidiária e separar o novo do velho, apresentando aos credores da Fepasa um leque de oportunidades, onde a conversão vai ser uma delas. A questão chave é a seguinte: nós temos que negociar a dívida externa. Não acreditamos numa posição de confrontação. Achamos que esta posição não leva a nada. Por outro lado, tal como está hoje, a negociação fica num impasse, num atoleiro. Queremos oferecer aos credores um cardápio de opções. Criar um espaço de negociação e discutir dentro do FMI. Achamos que é possível negociar dentro do Fundo Monetário Internacional, e o nosso programa estabelece claramente uma limitação ao pagamento dos juros em percentuais do PIB. Como a nossa posição não é de confrontação, nós entendemos que o FMI acaba sendo uma peça importante.

Mercadante — Esta idéia de brigar dentro do FMI passa muito bem em programa de televisão. Mas é irreais. O FMI reúne 150 países e tem uma estrutura de decisão em que seis desses países têm mais de 51% dos votos. E os Estados Unidos, praticamente isolados, têm o direito de vetar qualquer decisão. Então, imaginar que a gente possa brigar lá no FMI é absolutamente ingênuo. É brincadeira achar que nós vamos mudar a estrutura do FMI por dentro porque mudou o governo brasileiro. Há 45 anos a estrutura de decisão funciona desta forma.

César Maia — Este é um momento de fragilidade nossa. Temos poucas reservas.

Zélia Cardoso de Mello — Propomos a retirada do aval da União da dívida externa para que todos os devedores possam negociar em separado. É preciso criar um espaço de negociação com os credores em um leque de opções que vise alavancar o desenvolvimento. A questão da dívida externa passa por ter regras claras e pela estabilização da economia. Não é possível pensar, dadas as mudanças que estão ocorrendo no mundo — e as vantagens comparativas que nós sempre tivemos agora contam pouco —, que nós possamos ser uma opção de investimento para o capital estrangeiro se não nos organizarmos. Precisamos da estabilização, da economia e de regras claras para os investimentos privados, seja nacionais ou estrangeiros. O processo em relação à dívida externa depende de reformas estruturais e de que se equacione antes a crise financeira do estado.

César Maia — Acho muito difícil que a proposta da Zélia seja exequível. Por uma razão muito simples. A grande questão da dívida externa é a disponibilidade de câmbio, e um devedor descentralizado não tem como discutir a disponibilidade de câmbio.

Aloísio Mercadante — A retirada do aval das empresas é juridicamente improcedente pelas cláusulas contratuais. Os bancos credores se articulam e negociam em bloco. E esta proposta é justamente de pulverizar os devedores no Brasil. Deveria ser justamente o contrário: deveríamos estar discutindo a articulação com outros países devedores e pensando numa estratégia conjunta contra os credores internacionais.

Zélia — A questão jurídica não se coloca

porque a estratégia da descentralização é uma forma de negociação. Através dela achamos que conseguiremos duas coisas: fazer a descentraliza-

ção lá e cá. Porque os bancos que estão juntos no Comitê dos Credores têm interesses diferentes. Alguns emprestaram pior, outros

emprestaram melhor. Então é possível que estas diferenças fiquem claras. A descentralização no nível interno mostra a real natureza do problema tal como ele se encontra hoje. Nós temos um problema, não só de natureza cambial, mas de natureza fiscal. Há empresas que geram cruzados necessários para pagar o serviço da dívida e outras não.

JORNAL DO BRASIL — A senhora imagina cada município brasileiro que tem dívida extern